



PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Florianópolis, março de 2022.

1. Princípios pedagógicos e metodológicos

Este PPI, que é parte integrante do PDI da ENA, irá abordar os princípios pedagógicos e metodológicos; as políticas de ensino para a pós-graduação lato sensu (todas as modalidades) e seus projetos de formação inicial e continuada em cursos de curta duração; as contribuições da ENA para o fortalecimento do Estado de Santa Catarina, na formação dos servidores públicos das três esferas de governo; os modelos e metodologias utilizadas nos cursos de pós-graduação; os princípios que regem a atualização dos PPCs; as inovações pedagógicas e tecnológicas utilizadas atualmente e aquelas que pretende-se implantar ao longo da vigência deste PDI, bem como as políticas para a pós-graduação, a pesquisa e a extensão.

É importante salientar, que os princípios, premissas e valores, da ENA são únicos e devem ser vistos como globais para todas as modalidades de ensino - presencial e a distância, cursos regulados e não regulados. Não há distinção de modalidades, pois a ENA quer ser vista como uma instituição dedicada ao cumprimento de sua missão de educação, independente da modalidade de ensino. Sabemos que a modalidade de educação a distância requer práticas relacionadas a tecnologias educacionais, a novas formas de acompanhamento discente e docente, a capacitação docente para o uso de tecnologias, novas formas de ensinar-aprender, a organização e produção de recursos didáticos etc., e quando for o caso, vamos deixar claro estes aspectos nos textos que seguirão neste e nos capítulos seguintes a este PDI. O que queremos deixar claro é que nos cursos da ENA, independente da modalidade, os princípios que a norteiam estarão presentes em curso presenciais, a distância ou híbridos, pois acima de tudo estamos falando de educação e não de modalidades de educação.

A organização didático-pedagógica e os princípios pedagógicos e metodológicos da ENA visa a concretização de um projeto de sociedade em que a produção e disseminação do conhecimento sejam acessíveis a todos os servidores públicos e está ancorada em valores como ética, transparência, confiança, respeito, comprometimento, interatividade, inovação, cidadania, cooperação e cultura digital, buscando, sobretudo, contribuir para a inclusão social dos sujeitos, o cuidado com o meio ambiente e o respeito às relações étnico raciais.

Entendemos que a educação não pode continuar se orientando por mais tempo para a transmissão e o aprendizado de peças e fragmentos discretos e isolados de informação, memorizada e acumulada em armazéns estáveis de informação, para ser utilizada quando for necessário (esse é o modelo de educação bancária criticada por Freire, ou pedagogia do camelo, como ironiza Meirieu), mas, sim, para o desenvolvimento em cada indivíduo de conceitos básicos e fundamentais para aprender a pensar e aprender de maneira disciplinada, prática, crítica e criativa, de modo que ele possa utilizar o conhecimento e o método de compreensão em novas situações que aparecem no mundo da informação inconstante. (PÉREZ GÓMEZ, 2015).

Como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, a ENA está comprometida com a formação de profissionais bem preparados, com competência técnica inquestionável, mas também atentos às demandas sociais das comunidades e sensíveis à condição humana dos sujeitos. Visa à formação de servidores competentes e comprometidos com o bem comum e com o sucesso da administração pública.

Para atendimento das diretrizes pedagógicas, a Fundação ENA entende que é necessário romper vínculos com a educação tradicional e centrada no conteúdo e estar atenta, sobretudo à nova ordem econômica, social e política assim como à complexidade instalada no interior das

organizações. “As escolas de governo têm papel significativo na vida do servidor público, valorizando-o e qualificando-o para a construção de uma nova imagem do serviço público” (FARIAS et al., p. 1, 2014). Na busca do credenciamento para atuar em EAD, a ENA consolida sua cultura da educação digital, pois já oferta cursos de curta duração nesta modalidade de ensino, com professores capacitados para esta função e tecnologias educacionais adequadas, servindo de meio para o processo ensino-aprendizagem.

A ENA, por meio do ensino presencial, nos cursos de pós-graduação lato sensu e nos cursos EAD e híbridos de educação continuada, sempre buscou ter em seus princípios didático-pedagógicos o socioconstrutivismo, postulado por Vygotsky e que será mantido na oferta de cursos na modalidade a distância. Essa concepção traz em seu bojo a afirmação de que o processo ensino-aprendizagem ocorre por meio de trocas e interações entre sujeitos, suas histórias, modos de aprender e de ensinar. Professores e estudantes são vistos como sujeitos que têm autonomia em seus processos de ensinar-aprender e não há qualquer valorização de um ou outros, o processo é o cerne das ações educativas. Para socioconstrutivismo, o aprendizado ocorre por meio da mediação social e que esses meios podem ser instrumentos, símbolos, linguagens ou pessoas mais experientes que orientem o aprendiz. Assim, aprender é “um fenômeno social, um processo dialético que envolve interagir com outras pessoas, ferramentas e o mundo físico (que existem dentro de um contexto histórico com significados, linguagem e artefatos culturais próprios)” (FILATRO, 2009, p. 98), e cabe aos professores atuarem como mediadores da aprendizagem do estudante, colaborando para a construção coletiva do conhecimento (COLL; PALACIOS; MARCHESI, 1996) e facilitando a compreensão de sua aplicabilidade na realidade social e na prática profissional.

Além do princípio do socioconstrutivismo, é importante destacar que o conceito de EAD, de acordo com o Decreto nº 9.057, de 2017, está presente em todos os aspectos nas práticas educativas da ENA:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Prete (apud LOPES; FARIA, 2013, p. 112), relata que ao se falar de EAD, é necessário não centrar o foco na “distância”, mas, sim, nos processos formativos da Educação, fazendo referência a abordagens contextualizadas, situadas, críticas e libertadoras da Educação.

(...) é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 2)

A definição da EAD apresentada por Peters (2009) vai além da visão meramente descritiva. O autor, ao revisar a sua própria concepção original de EAD, ressalta que não se deve concebê-la apenas sob a ótica da “distância” entre professor e estudantes, ou meramente pela introdução de tecnologias para a mediação do processo de aprendizagem (PETERS, 2009 apud LOPES; FARIA, 2013).

A EAD, portanto, não deve ser vista apenas a partir da tentativa de conceituá-la, mas de seus objetivos, aquilo para que e para quem ela se destina. Nessa visão, a EAD precisa ser entendida como uma prática social essencialmente humana, que toma como objeto não somente um indivíduo isolado, mas grupos ou classes sociais. E, nesse sentido, ela também tem uma dimensão política, situada em um dado momento, sendo determinada, por consequência, pelas condições históricas do período no qual se insere (PRETI, 2002; BELLONI, 2008; VÁZQUEZ, 2007 apud LOPES; FARIA, 2013).

A educação a distância se define como um processo de construção de relações nas quais os estudantes, como seres ativos e interativos, relacionando-se com o mundo, são responsáveis pela direção e significado daquilo que aprendem.

Neste contexto, o uso das novas tecnologias é visto como um meio para fortalecer um estilo mais pessoal de aprender em que os estudantes estejam ativamente envolvidos na construção do conhecimento e na busca de respostas para seus problemas específicos. Ao mesmo tempo, estão usando sua habilidade para aprender como são utilizados os próprios meios tecnológicos. (SANCHO, 2007, p. 88).

O processo de mediação docente na sala de aula física ou digital é entendido como primordial para o sucesso das práticas pedagógicas. A mediação ocorre por meio das interfaces de interação e comunicação no LMS e de forma presencial, de acordo com o modelo do curso e sua modalidade. A efetiva interação estudante-professor é parte integrante e imprescindível da construção do aprendizado, pois norteia a complementação dos conteúdos previstos, permitindo algum grau de personalização e levando em conta não somente a matéria a ser apreendida, mas, especialmente, a forma ideal para que seja assimilada conforme o perfil do estudante/turma. É importante deixar claro neste item do PPI, que para a ENA não há diferenciações entre professores e tutores, para esta instituição, o corpo docente da ENA é formado pela coordenação, equipes de apoio e professores, com formação e experiência, conforme preconiza a legislação de cada nível de ensino, independente da modalidade em que irão atuar. Para a ENA o professor é aquele que vai atuar em todas as modalidades de ensino, ou seja, não há no quadro docente da ENA a figura do tutor ou professor tutor, nomenclaturas mais usadas para aquele professor que atua na modalidade a distância.

Por fim, os princípios filosóficos e metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da ENA buscam:

Desenvolver nos estudantes habilidades metacognitivas e competências para aprender cooperativamente, apoiadas na troca de ideias e reflexões, em conteúdos contextualizados e na experiência individual e relacionadas com a área de atuação.

Desenvolver competências para o estudo independente e autônomo, tendo como premissa a aprendizagem ao longo da vida.

Desenvolver a cultura digital, indispensáveis ao exercício profissional e à inclusão na sociedade do conhecimento, por meio de tecnologias educacionais e a cultura digital.

Desenvolver, por meio dos cursos e projetos, as competências de iniciativa, persistência, estabelecimento de metas, compromisso com resultados, busca de informações, gestão e aproveitamento de oportunidades, rede de contatos, independência e autoconfiança.

Discutir os desafios da formação profissional, resguardando os valores éticos, estéticos, culturais e morais imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manutenção da qualidade de vida pessoal e planetária.

Esses princípios coadunam com as linhas de orientação da Andragogia, como a define o educador norte-americano Malcolm Knowles (1927-1997), que observam no processo de aprendizagem dos adultos os seguintes aspectos:

Necessidade de saber: adultos precisam saber por que precisam aprender algo e quais os benefícios desse processo.

Autoconceito do aprendiz: adultos são responsáveis por suas decisões e por sua vida, portanto querem ser vistos e tratados pelos outros como capazes de se autodirigir.

Papel das experiências: para o adulto as experiências adquiridas constituem elementos de seu autoconceito e base de seu aprendizado. Elas implicam diferenças entre os indivíduos. As técnicas de ensino que aproveitam essa amplitude de diferenças serão mais eficazes.

Prontidão para aprender: adultos ficam dispostos a aprender quando o conteúdo da aprendizagem relaciona-se com situações reais de seu dia-a-dia.

Orientação para aprendizagem: adultos são motivados a aprender conforme percebem que a aprendizagem os ajudará a executar tarefas ou resolver problemas concretos.

Motivação: adultos são motivados por fatores extrínsecos (como o salário), porém são mais motivados a aprender por valores intrínsecos: autoestima e qualidade de vida por exemplo.

Com essas premissas, a ENA entende que é possível empreender um processo de formação cujo eixo seja o “aprender a aprender” e “aprender como autorregular a própria aprendizagem”, com vistas ao desenvolvimento de competências para o exercício profissional, pessoal e como cidadão. Estando capacitado a buscar caminhos convergentes com as necessidades postas pelo mercado, o sujeito estará em condições potenciais de manter um processo constante de aprendizado, alocando sua experiência e suas construções cognitivas por ocasião da interação com o meio – social e historicamente situado –, fazendo dessa interação um elemento propulsor de novas construções, em um aprendizado constante.

No âmbito da EAD, justifica-se ainda por estar de acordo com o que os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância preconizam: “o ponto focal da educação superior – seja ela presencial ou a distância, nas inúmeras combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância – é o desenvolvimento humano, em uma perspectiva de compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa” (MEC, 2007, p.9).

2. Perfil do egresso

Considera-se egresso o estudante certificado por cursos de formação continuada, gerais, in company, de certificação, sistêmicos ou diplomado nos cursos de pós-graduação, ofertados pela Fundação ENA.

São princípios da Política de Acompanhamento de Egressos:

I – A valorização profissional dos formados pela ENA.

II – O relacionamento contínuo com o egresso.

III – A oferta de educação continuada.

IV – O compromisso e a responsabilidade com a necessidade de formação profissional do servidor público do Estado de Santa Catarina.

V – A avaliação e autoavaliação do profissional egresso.

Ao longo da vigência deste PDI, a CPA irá realizar diversas pesquisas junto aos egressos, com os objetivos de analisar a percepção quanto a qualidade do curso escolhido e os impactos na sua área de atuação junto ao setor público, bem como, aprofundar o relacionamento entre o estudante egresso; conhecer a situação profissional dos egressos; detectar o que os egressos têm a dizer sobre sua formação e sua atividade profissional; medir o nível de satisfação do ex-estudante em relação ao curso e com a instituição; diagnosticar necessidades de futuras formações e expectativas de novos cursos.

Os objetivos da política de acompanhamento do egresso são:

tornar a ENA ponto de referência na vida dos egressos, mantendo uma relação de compromisso, afetividade e atualização do conhecimento, assim como de avaliação e de aprimoramento da qualidade do ensino na instituição;

construir indicadores e verificar se os objetivos dos cursos estão de acordo com as necessidades de atuação profissional do egresso e identificar demandas de formação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;

incentivar e oportunizar aos egressos a participação em eventos de caráter recreativo ou técnico-científico e cursos promovidos pela ENA sempre que possível;

tornar o egresso uma referência para divulgação e valorização da instituição.

Os cursos e capacitações desenvolvidos na instituição têm como principal objetivo melhorar a atuação e o desempenho do egresso em seu ambiente de trabalho, em sintonia com a missão, as metas e os objetivos da instituição que ele integra, tornando-o consciente da função pública que exerce e do impacto de seu trabalho na sociedade.

Em 2021, foi sancionado o Decreto 1.386, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento dos Servidores da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação pública. A Fundação ENA, através da CPA, estabelecerá uma parceria com Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP) da Secretaria de Estado da Administração, órgão central e normativo do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas (SAGP), que é responsável pela formulação das políticas e diretrizes para o processo de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de desenvolvimento dos servidores, no sentido de criar os instrumentos de acompanhamento dos egressos.

Os critérios para avaliar os estudantes/participantes deverão considerar os pontos de vista pessoal e institucional, bem como os aspectos objetivos e subjetivos relevantes, e que possam responder tanto quantitativa como qualitativamente.

3. Oferta educacional e as demandas do desenvolvimento local e regional, da inclusão social, tecnologia, política e cultura, do respeito e preservação ambiental.

A Fundação ENA, caracteriza-se como uma iniciativa pioneira, cuja origem deu-se inicialmente por meio de um Termo de Cooperação entre a l'École Nationale d'Administration (l'ENA) – instituição francesa, que é referência mundial em gestão pública. A Fundação ENA, da mesma

forma que a L'ENA, reconhecida na França pela superior qualidade de seu ensino, oferece aos servidores públicos a oportunidade ímpar de aquisição de conhecimentos necessários a melhoria da gestão pública. Os cursos da ENA possuem como objetivo principal atualizar conhecimentos e enriquecer a prática da gestão pública, permitindo o debate com especialistas de cada área. Cursar a ENA significa experimentar uma dimensão da administração pública contemporânea, fundamental para qualquer gestor público de alto nível, que busca melhor servir a sociedade. A característica que se destaca, do ponto de vista metodológico, é a estreita ligação entre teoria e prática, privilegiando o saber voltado à obtenção de resultados e os estudos de caso, conforme modelo da Escola Francesa. Os cursos da ENA têm por objetivo contribuir para a melhoria da gestão pública, mediante disseminação de importantes princípios, ferramentas e técnicas consagradas pelo modelo de Administração Pública da L'ENA francesa, adaptadas à realidade do serviço público nacional, com vistas à aplicação prática do conteúdo dos cursos.

Nas 4 (quatro) edições do Curso de Gestão Pública Avançada realizadas no período de 2013 a 2018 uma das maiores inovações consistiu na vinda da Missão Francesa da Escola ENA França. O professor indicado pela ENA França permanecia por uma semana em Florianópolis, ministrando a unidade curricular Projetos Públicos Internacionais, com carga de 30 horas aula. As aulas eram ministradas de forma concentrada, no idioma francês com tradução simultânea, com cabines de som e dois intérpretes/tradutores.

A L'ENA foi extinta em 31.12.2021 e foi substituída pelo Instituto Nacional do Serviço Público (INSP) desde 1º de janeiro de 2022.

O Institut National du Service Public (INSP) mantém relações ou parcerias com mais de 100 escolas ou institutos de administração em todo o mundo. Essas parcerias podem envolver:

- * Apoio à criação de escolas ou institutos de administração;
- * Na capacitação: criação de concursos, apoio ao desenvolvimento de cursos, criação de novos métodos de ensino, desenvolvimento de centros de documentação, etc;
- * Na oferta formativa presencial (envio de formadores sobre temas específicos).

No Brasil mantém parceria com a Fundação Escola de Governo - ENA, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Fundação Getulio Vargas - FGV, Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP.

A ENA integra também a Rede Nacional de Escolas de Governo, coordenada pela – ENAP - Escola Nacional de Administração Pública do Governo Federal. Como perspectiva de trabalho em rede, as Escolas de Governo buscam o compartilhamento de conhecimentos e de experiências sobre boas práticas na administração pública, incentivando e promovendo o trabalho em parceria.

A ENA buscou estreitar parceria com a ENAP no Ensino a Distância (EAD), tendo em vista que as tecnologias de informação e comunicação crescem vertiginosamente e os processos de formação mediados pelos recursos tecnológicos são uma constatação e uma necessidade. A educação a distância pode ser o caminho para atingir-se mais servidores, principalmente os que estão geograficamente distantes da capital Florianópolis, onde se encontra a ENA.

Das instâncias de capacitação específicas para o funcionalismo público em Santa Catarina, a Fundação Escola de Governo ENA, graças à sua abrangência e situação jurídica, pode atender qualquer instituição pública que demande cursos de educação formal e educação continuada.

Na esfera regional, as atividades desenvolvidas ocorrem por meio da promoção direta de cursos e eventos em parceria com outras entidades ou instituições, em geral prestando o apoio necessário à realização destes.

As áreas de atuação da ENA são focadas nas reflexões e nas discussões sobre o enfrentamento dos desafios econômicos, sociais, políticos, ambientais, tecnológicos e das relações com a sociedade, criando, com isso, um espaço educativo diferenciado para que se construam conhecimentos e processos resolutivos na administração.

Os servidores públicos estaduais em exercício, segundo dados da Secretaria de Estado da Administração (SEA), recebidos dias 29 de setembro de 2021, e que são potencialmente o público de atuação da Fundação Escola de Governo ENA, perfazem um total de 121.107 profissionais e estão distribuídos em todo o território Catarinense.

A Política Estadual de Desenvolvimento dos Servidores da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, decreto n. 1.386/2021, abrange, dentre outros, os seguintes programas: I - Programa de Educação Formal; e II - Programa de Educação Continuada. O Programa de Educação Formal abrangerá cursos de pós-graduação e o Programa de Educação Continuada abrangerá os seguintes programas e ações de desenvolvimento do servidor: Programa de Desenvolvimento de Competências Comportamentais; e Programa de Desenvolvimento de Competências Técnicas, constituído por Programa de Desenvolvimento dos Grupos de Atividades e Programa de Desenvolvimento dos Sistemas Administrativos (SANTA CATARINA, 2021^a).

Os cursos de capacitação e aperfeiçoamento no âmbito do Poder Executivo estão alinhados às diretrizes estabelecidas na Política Estadual de Desenvolvimento dos Servidores (SANTA CATARINA, 2021) “a ser implementada pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação pública”.

São diretrizes da PEDS:

I - desenvolver e aperfeiçoar as competências do servidor com aplicabilidade no cotidiano das atividades inerentes à função e às atribuições do cargo;

II - alinhar as ações de capacitação com os objetivos e as metas dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual; e

III - qualificar o quadro dirigente mediante formação, aperfeiçoamento e certificação de gestores públicos.

O estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se por todo o seu território.

Os elementos econômicos, sociais e políticos precisam convergir, no serviço público, para espaços de comunicação e de construção de relacionamentos voltados ao bem-estar social dos seres. A ENA é a instituição indicada para enfrentar tais desafios por ser formadora de gestores públicos e por construir saberes que qualificam o quadro de servidores de Santa Catarina nas diversas áreas técnicas.

Além das ações de educação formal dos servidores públicos estaduais, que se traduz em cursos de pós-graduação, a Escola de Governo ENA age diretamente no Programa de Formação Continuada que abrange “ações de capacitação de conteúdo temático e técnico operacional, de atualização e aperfeiçoamento, que objetivam potencializar a capacidade operacional tecnológica e a consolidação dos conhecimentos temáticos específicos necessários ao pleno exercício do cargo e das funções do servidor e ao alcance de metas e resultados organizacionais” (SANTA CATARINA, 2021a).

A ENA ainda desenvolve, como responsável pela gestão do Arquivo Público do Estado desde 2019 com a publicação da Lei Complementar n. 741, ações de educação patrimonial a partir do acervo que guarda documentos da administração pública catarinense produzidos desde o século XVIII. As ações compreendem:

Aulas direcionadas a alunos da educação básica (anos finais do ensino fundamental e ensino médio) contemplando assuntos ligados à história catarinense e brasileira abordados a partir de documentos do acervo. Exemplos: Reflexos da República em Santa Catarina, Presença Indígena em Santa Catarina, Histórias Veladas: Escravidão e Abolição em Santa Catarina, Chapecó 104 anos: De Colônia Militar a Centro Econômico do Oeste Catarinense e Tão Perto, Tão Longe: Joinville, 170 anos de História. As aulas são ministradas principalmente de forma virtual.

Encontros com professores da educação básica sobre potencialidades do acervo para práticas educacionais.

Visitas das escolas ao espaço do Arquivo Público (A Escola vai ao Arquivo), com foco na importância dos arquivos, na preservação documental e na relação entre documentos, história, memória e cidadania. A visita explora conhecimentos de disciplinas como História, Língua Portuguesa e Ciências/Química ao conduzir os alunos pelos diversos setores do Arquivo Público, incluindo um exercício de leitura dos documentos antigos.

Visitas técnicas de turmas universitárias dos cursos de Arquivologia, História e Biblioteconomia. A equipe técnica do Arquivo Público recebe as turmas e professores evidenciando as práticas profissionais dessas áreas que são desenvolvidas na instituição.

Exposições presenciais e virtuais de materiais do acervo sobre temas relevantes da história catarinense e da atuação do Arquivo Público. Exemplos: Preservando a história, construindo a cidadania; Preservação, informação e conhecimento: o Arquivo Público e os documentos da Saúde Pública do Estado de Santa Catarina; Memórias, experiências e desafios: as ações do APESC no contexto da pandemia; e 200 anos da independência do Brasil: Santa Catarina e seus acervos (em elaboração).

Realização e participação em eventos sobre temáticas afins à atuação do Arquivo Público. Exemplos: Encontro Catarinense de Arquivos; Lives Arquivos Públicos Municipais Catarinenses: os desafios e soluções no contexto epidêmico da covid19, Gestão de Documentos e Patrimônio Documental: O que isso tem a ver comigo? e A atuação dos profissionais de História nos espaços arquivísticos de Santa Catarina; Semana Nacional de Arquivos.

Páginas em redes sociais com postagens sobre o acervo. Exemplos: Facebook e Instagram (@arquivopublicosc).

Os aspectos e premissas relacionados à inclusão social, à tecnologia, política e cultura, e o respeito e preservação ambiental, estão intimamente relacionados com as políticas e ações do

Governo de Santa Catarina, onde a ENA está inserida e coaduna com as mesmas em suas práticas pedagógicas e projetos de educação.

Santa Catarina é um estado de destaque no cenário nacional em muitos aspectos/campos e, entre eles, está a eficiência da máquina pública. A Fundação Escola de Governo ENA não mede esforços para que o estado continue em primeiro lugar no país tornando-se, também, uma referência internacional por sua elevada qualidade da administração pública.

4. Políticas para o ensino, incluindo as diretrizes e princípios pedagógicos para a concepção dos PPC de todos os cursos.

Como espaço aberto à reflexão sobre gestão pública, a Escola de Governo ENA busca adequar o currículo de seus cursos aos anseios dos servidores públicos e da sociedade catarinense, construindo um processo de ensino-aprendizagem significativo para todos os envolvidos, buscando atender o que preconiza a Política Estadual de Desenvolvimento dos Servidores, cujo objetivo é “promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação pública” (SANTA CATARINA, 2021a).

A política de ensino da ENA se volta, então, à preparação do servidor público para que ele se torne um gestor com uma melhor visão sobre a complexidade da gestão pública moderna que objetiva promover o desenvolvimento social, econômico, político, ético, ambiental e cultural da sociedade. A ENA pode ser entendida como um espaço privilegiado para o conhecimento e a superação dos problemas regionais e locais, pois prepara profissionais qualificados para o desenvolvimento de suas funções e o consequente bem-estar da população. Tal preparação do gestor deve contemplar a formação de um pensamento mais amplo e sistêmico norteado pelos padrões éticos.

No processo de ensino-aprendizagem, a ENA se dedica à construção das competências, das habilidades e das atitudes que são estruturadas em distintas práticas a fim de garantir ao futuro gestor autonomia para criar, pesquisar e fornecer informações que possibilitem gerir, dentro dos princípios constitucionais, as políticas públicas. Tal postura corrobora as orientações da Política de Desenvolvimento dos Servidores que orienta os órgãos da administração pública a elaborarem programas de desenvolvimento de competências comportamentais e de competências técnicas. (SANTA CATARINA, 2021a).

A ENA desenvolve os projetos dos diferentes cursos com temas e teorias modernas, currículos flexíveis, atualizados e condizentes com as mudanças da realidade regional e mundial, em que os saberes se inter-relacionam e se complementam por meio da utilização de modernas tecnologias de ensino, que consideram as contingências socioeconômicas, as possibilidades cognitivas e a realidade objetiva de docentes e discentes, adotando a mediação didática e tecnológica de forma qualificada e inclusiva. Nesse sentido, para que se possa formar profissionais competentes, tanto na modalidade presencial quanto a distância, é preciso garantir um ambiente saudável, aberto e acolhedor da diversidade, viabilizando a troca de conhecimentos e colaboração entre toda a comunidade acadêmica.

A política de ensino da instituição fundamenta-se na diversidade de ideias e de conhecimentos prévios, na prática profissional de seus estudantes/servidores, no diálogo, no respeito e na tolerância para com o outro.

A ENA preza a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar os conhecimentos produzidos. Baseia-se em concepções pedagógicas coerentes e inovadoras focadas na

excelência da gestão, com o objetivo de intensificar a qualificação dos recursos humanos por meio de cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento profissional e de pós-graduação, entre outros (SANTA CATARINA, 2021a).

Portanto, a política de ensino da Fundação ENA pretende:

desenvolver os programas de aperfeiçoamento e qualificação dos servidores que serão elaborados, inicialmente, pelos órgãos de origem;

aperfeiçoar os conteúdos curriculares e programas dos cursos de Pós-graduação em ambas modalidades;

elaborar programas e parcerias com universidades e escolas de governo no Brasil e no exterior;

estruturar parcerias interinstitucionais de ensino, pesquisa e extensão;

incluir em todos os seus projetos de cursos o uso pedagógico e crítico das tecnologias educacionais, como meio para o processo ensino-aprendizagem, independente da modalidade de ensino na qual o curso seja ofertado;

oferecer soluções educacionais que atendam exigências de formação cidadã para o presente e futuro, provendo, por meio de suas ações, competências, habilidades e atitudes requeridas pela sociedade;

valorizar o processo de avaliação institucional interna e a avaliação externa, mediante apoio ao trabalho realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Os cursos de pós-graduação serão organizados mediante a construção coletiva dos seus projetos pedagógicos. O Projeto Pedagógico dos Cursos é um documento definidor dos princípios filosóficos, políticos e teóricos que orientam a organização do currículo, os quais devem estar em consonância com a legislação, princípios e objetivos dos órgãos do Estado solicitantes. A organização curricular deve ser constituída de atividades e conhecimentos da dinâmica da realidade, a partir do pressuposto de que teoria e prática constituem campos de atuação acadêmica integrados entre si. A flexibilização curricular será garantida por meio do cumprimento, pelo discente, de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, e outras atividades complementares. Cabe ao docente, no contexto do Projeto Pedagógico de Curso, ministrar os conteúdos de acordo com as ementas e os respectivos programas, atendendo também às peculiaridades regionais e locais, e às necessidades e diferenças dos discentes, bem como a modalidade que está sendo ofertado o curso. A organização curricular dos cursos da ENA deve atender aos preceitos definidos neste PDI, no que tange às expectativas elencadas no perfil do discente e do egresso.

Como prática social pedagógica, o currículo se manifesta como um ordenamento sistêmico formal, no tempo e no espaço, de ações individuais e grupais de aprendizagem, relacionadas a experiências significativas da vida humana em seus diferentes momentos e necessidades. De forma individual e coletiva, trabalha com conteúdos (informações e conhecimentos), métodos e técnicas, teoria e prática, competências e atitudes – numa interação entre professores, gestores, estudantes, programas e ambientes. A construção de um currículo se fundamenta na filosofia e nas ciências da educação; na consciência pedagógica, política e ética dos sujeitos; em suas experiências e convicções pessoais acumuladas; e em sua prática curricular.

O currículo é marcado pela tensão permanente entre o modo como ele se apresenta na condição de projeto formal em andamento (com todas as suas materialidades, normas, seus padrões

preestabelecidos, convenções, prescrições, organização) e o modo como se caracteriza na qualidade de projeto informal em andamento, na realidade do espaço “aula”, com suas flexibilidades, imprevisibilidades, imponderabilidades, liberdades, emergências, reinvenções, criatividade e mudanças. (Masetto, 2018, p. 16)

Essa compreensão multidimensional integrada de currículo o define também como um projeto inacabado, pois se desenvolve num processo em movimento contínuo e permanente, aberto às mudanças que se fizerem necessárias no tempo e no contexto em que ele se realiza. (MASETTO, 2018).

No que se refere às políticas de pesquisa e extensão, está previsto a elaboração de um projeto específico para desenvolver atividades de extensão. Entre essas, podem ser listadas: cursos, palestras e conferências; cursos de férias ou de verão; viagens de estudo etc.

5. Descrever a definição das metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos da IES, privilegiando o uso de recursos tecnológicos, princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem;

Como instituição de Estado, a ENA tem em suas diretrizes pedagógicas o atendimento às demandas dos gestores públicos num ciclo progressivo de aprendizagem, o qual inclui as estruturas legislativas, as novas tecnologias, as tendências econômicas e o papel do Estado em que o gestor deverá contribuir para o enfrentamento dos desafios, operar com os conflitos e os interesses da administração pública.

O objetivo do seu modelo de ensino é incentivar que a comunidade acadêmica desenvolva competências e habilidades de maneira autônoma e participativa. Para isso, a Fundação ENA assume a premissa de que as metodologias ativas devem ser adotadas como princípio metodológico nos cursos de educação formal e de educação continuada, independente da modalidade de ensino.

As metodologias ativas procuram criar situações de aprendizagem em que os aprendizes fazem coisas, colocam conhecimentos em ação, pensam e conceituam o que fazem, constroem conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam, bem como desenvolvem estratégias cognitivas, capacidade crítica e reflexão sobre suas práticas, fornecem e recebem feedback, aprendem a interagir com colegas e professor e exploram atitudes e valores pessoais e sociais” (VALENTE; BIACONCINE; GERALDINI, 2017, p. 463)

No entanto, sabemos que a utilização de metodologia ativas representa um desafio para os educadores, pois implica capacitar-se para conhecer e aplicar adequadamente os modos de operacionalização e de avaliação diagnóstica, processual e somativa, com base nos princípios pedagógicos que sustentam o modelo de ensino-aprendizagem da ENA.

As metodologias ativas – sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas e projetos e o ensino híbrido – também são uma realidade no processo ensino-aprendizagem da ENA e ao longo da vigência deste PDI será necessário fortalecer tais metodologias e a formação dos professores para assumirem novos papéis no processo ensino-aprendizagem. De acordo com Moran e Bacich (2018, p. 4):

Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida. As metodologias ativas, num mundo conectado e digital, expressam-se por meio de modelos de ensino híbridos, com muitas possíveis combinações. A junção de metodologias ativas com

modelos flexíveis e híbridos traz contribuições importantes para o desenho de soluções atuais para os aprendizes de hoje.

As metodologias ativas de aprendizagem são alicerçadas em sete princípios que levam em conta a existência de seis forças educacionais: atividade, cooperação, diversidade, expectativas, interação e responsabilidade (CHICKERING; GAMSON, 1987, apud JUSTI, p. 17, 2020).

Considerando essas forças, os sete princípios explicitam de maneira direta e concisa que a boa prática:

- 1) encoraja o contato entre o estudante e o professor;
- 2) incentiva a cooperação entre estudantes;
- 3) incentiva a aprendizagem ativa;
- 4) fornece feedback imediato;
- 5) enfatiza o tempo na tarefa;
- 6) comunica altas expectativas;
- 7) respeita os diversos talentos e as diferentes formas de aprendizagem.

A seguir, explicita-se cada um dos sete princípios (NUNES, 2017; LYCEUM, 2021) que perpassam todas as práticas e metodologias da ENA em seus cursos e projetos de educação.

1) Encorajar o contato entre o estudante e o professor - esse contato transcende o formal, da sala de aula, e valoriza a abordagem de assuntos além dos conteúdos ministrados. A aproximação entre o corpo discente e docente elimina o distanciamento, estabelecendo relações que favorecem o desenvolvimento humano além do técnico. Características do instrutor, como simpatia, interesse na aprendizagem dos estudantes, entusiasmo, boas habilidades de comunicação e acessibilidade aos estudantes, facilitam a aplicação desse princípio.

2) Incentivar a cooperação entre estudantes - esse princípio propõe, entre outros, o estudo em conjunto, as trocas de experiência e interesses, o desenvolvimento de projetos, as críticas construtivas, grupos de estudo, entre outros. A aprendizagem é maior quando é mais um esforço de equipe do que uma corrida individual, quando é colaborativa e social, não competitiva e isolada. Compartilhar as próprias ideias e responder às questões dos outros melhora o pensamento e aprofunda a compreensão. O trabalho cooperativo pode ser caracterizado por cinco elementos: interdependência positiva, interação face a face, responsabilidade pessoal, espírito de colaboração e processos de equipe.

3) Incentivar a aprendizagem ativa: esse princípio coloca o estudante como centro do aprendizado, onde o professor passa a ser um facilitador da aprendizagem, incentiva os estudantes a realizarem pesquisas e estudos independentes, relacionar as atividades externas aos assuntos abordados em sala de aula, desenvolvendo aulas práticas, de simulações, projetos de pesquisa, apresentando situações reais para os estudantes analisarem. Atender a esse princípio requer algumas ações fundamentais dos professores, tais como: despertar o interesse e a curiosidade do estudante; usar exemplos, fazendo conexões do conteúdo com a vida real e as experiências pessoais; estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas individuais e em grupos; utilizar métodos vivenciais de ensino como jogos, simulações, estudos de caso, textos

diversos, vídeos, simulações, dramatizações; e realizar atividades de extensão extraclasse (visitas, palestras, seminários).

4) Fornecer feedback imediato: o princípio propõe avaliação detalhada dos trabalhos dos estudantes antes da entrega, o agendamento de horários individuais para avaliar os progressos, a discussão dos resultados de avaliações, a atenção e alerta aos estudantes faltosos, quando tratar-se da modalidade presencial e da ausência virtual, quando tratar-se da modalidade a distância. Os estudantes precisam de feedback apropriado sobre o desempenho pessoal para se beneficiar das atividades. Em vários momentos, durante e no final das disciplinas, os estudantes precisam de oportunidades para refletir sobre o que realmente aprenderam e o que ainda precisam saber.

5) Enfatizar o tempo na tarefa: este princípio está relacionado com a dedicação pessoal, a responsabilidade e organização necessárias ao estudo e ao bom desempenho educacional, bem como o respeito aos prazos estabelecidos, a necessidade de dedicação ao estudo com horários definidos, a preparação e estudo antecipado e exaustivo de apresentações. Aprender a usar o tempo de forma correta é essencial para estudantes e profissionais. Os estudantes precisam de ajuda no gerenciamento efetivo do tempo de aprendizagem.

6) Comunicar altas expectativas: metas desafiadoras geram esforços extras e tendem a tirar estudantes e professores da zona de conforto. Os desafios são necessários para o crescimento pessoal, intelectual e cognitivo. O princípio propõe a exposição clara da importância do esforço pessoal, a ajuda ao estudante em estabelecer metas desafiadoras, a sugestão de escrita e leituras além das tarefas, a valorização explícita do bom desempenho dos acadêmicos. Quando professores e instituições mantêm grandes expectativas para si próprias, geram esforços extras.

7) Respeitar os diversos talentos e as diferentes formas de aprendizagem: identificar os estilos de aprendizagem, os diferentes perfis de aprendizagem, contribui para o aprendizado e faz parte do repertório de um bom orientador/professor permitindo estabelecer formas diferentes de ministrar conteúdos e realizar avaliações. Nesse princípio, torna-se importante incentivar os estudantes a manifestarem claramente as suas dificuldades, a reprovação de comportamentos que inibem os colegas, o desenvolvimento de atividades diversas respeitando os diferentes modos de aprender, a preparação de materiais extras individuais, os interesses individuais e conhecimentos anteriores de cada estudante. Os estudantes precisam de oportunidade para mostrar seus talentos e aprender de forma a trabalhar com eles. Em seguida, podem ser conduzidos à aprendizagem de novas maneiras.

É importante deixar claro também que nos cursos da ENA, são utilizados diferentes estratégias de ensino-aprendizagem, recursos didáticos e instrumentos de avaliação da aprendizagem, bem como tecnologias educacionais que são meio para o processo ensino-aprendizagem. A seguir, passaremos a descrever os principais recursos e tecnologias educacionais utilizados pela ENA em seus cursos presenciais e futuramente, após o credenciamento, na modalidade a distância.

Recursos didáticos – Os recursos didáticos para os cursos da ENA são elaborados e/ou organizados levando-se em consideração o que consta no projeto de cada curso e respectivo plano de ensino. Eles têm formatos diversos, livros didáticos, artigos científicos, livros de bases de dados gratuitas, roteiros de aprendizagem, infográficos, videoaulas etc. A maioria dos recursos são digitais. As diferentes mídias utilizadas são convergentes, visando à não sobreposição de conteúdos, objetivando, assim, a complementariedade de recursos, extraíndo de cada tipo de mídia e suas especificidades uma melhor experiência de ensino para os discentes. Isso porque uma preocupação constante é que todo o conhecimento disponibilizado

atinga o maior número possível de usuários potenciais, tendo em vista seus diferentes perfis. O professor atua como um curador de recursos didáticos, organizando assim o ambiente adequado para cada curso e/ou disciplina.

Atividades e avaliações – As atividades e avaliações são aquelas elaboradas pelos professores de acordo com os objetivos de cada curso/disciplina e estão relacionadas com os recursos didáticos e estratégias de ensino-aprendizagem estabelecidos. Conforme já mencionado neste PDI, a ENA acredita que o estudante deve ser o protagonista no seu processo de aprendizagem e o professor o mentor, ajudando e colaborando com o estudante a escolha de rotas e estratégias mais adequadas para o processo. Outra questão que é preciso levar em consideração é que as metodologias ativas são estratégias postuladas no projeto de educação da ENA e os instrumentos de avaliação devem seguir este propósito. Em sua maioria, os instrumentos e avaliações são relacionados com casos práticos, ou seja, os próprios estudantes trazem para dentro da sala de aula exemplos e casos e situações práticas do dia a dia do seu local de trabalho no setor público de SC e então estes são adaptados e utilizados pelos professores nos processos avaliativos. Simulações, estudos de caso, situações problemas, análise de cenários, são outros exemplos de avaliação e atividades desenvolvidas pelos professores e aplicadas para os estudantes nos cursos de pós-graduação da ENA.

Atividades de autoaprendizagem – Objetivam mediar a construção do conhecimento pelo estudante, desenvolver a capacidade investigativa e reflexiva e promover a autoavaliação. São elaboradas para cada disciplina, com base na ementa e nos objetivos expressos no PPC e plano de ensino.

Atividades de interatividade, mediação e colaboração – Desenvolvidas pelos professores e tem o objetivo de desenvolver, de modo colaborativo, o processo educativo e de construção do conhecimento. Essas atividades são desenvolvidas por intermédio no AVA, nas diversas possibilidades: fóruns de discussão, chat, videoconferência etc.

Tecnologias educacionais - O Moodle é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre. É um acrônimo de Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). Ele foi e continua sendo desenvolvido continuamente por uma comunidade de centenas de programadores em todo o mundo, que também constituem um grupo de suporte aos usuários, acréscimo de novas funcionalidades, etc., sob a filosofia GNU de software livre. Uma fundação (www.moodle.org) e uma empresa (www.moodle.com) fornecem, respectivamente, o apoio para o desenvolvimento do software e sua tradução para dezenas de idiomas, e apoio profissional à sua instalação. O Moodle é também um sistema de gestão do ensino e aprendizagem (conhecidos por suas siglas em inglês, LMS - Learning Management System, ou CMS - Course Management System), ou seja, é um aplicativo desenvolvido para ajudar os educadores a criar cursos on-line, ou suporte on-line a cursos presenciais, de alta qualidade e com muitos tipos de recursos disponíveis.

A página inicial de uma disciplina em um Moodle é totalmente personalizável, em termos de aparência visual e organização e disposição dos blocos de informação, que são chamados de “boxes”. Isso confere grande flexibilidade para organizar o material na página e torná-los mais atrativos e funcionais.

Os principais boxes de recursos são:

Descritivo do curso, logotipo, mensagem de boas vindas.

Busca por palavras-chave nos fóruns.

Lista de participantes (professores e alunos) e de grupos.

Últimas notícias.

Calendário mensal.

Índice de acesso direto aos módulos.

Configurações do curso.

Lista de outros cursos.

Bloco zero (Box superior da página, onde podem ser colocados recursos gerais do curso e da disciplina, não especificamente ligados a um bloco semanal ou a um bloco temático, tais como dinâmica do curso, fóruns e batepapos gerais, glossários, livros eletrônicos, etc.).

Para cada módulo do curso são criados boxes de tópicos ou boxes de semanas. Os boxes podem ser escondidos dos alunos, mudados de lugar nas colunas a esquerda e à direita, para cima ou para baixo (posição vertical), etc. Além disso a agenda temática ou da semana (bloco relativo ao módulo ativo) pode ser indicado.

Na ENA, a equipe responsável pela gestão do Moodle e das turmas on-line é a Secretaria Acadêmica. Este setor também ficará com esta responsabilidade após o credenciamento da ENA para atuar na modalidade a distância.

Outro recurso que a ENA utiliza em suas práticas e que irá fortalecer com a modalidade EAD é o Zoom Video Communications. A Zoom Video Communications é uma empresa americana de serviços de conferência remota com sede em San Jose, Califórnia. Ela fornece um serviço de conferência remota "Zoom" que combina videoconferência, reuniões online, bate-papo e colaboração móvel. O software homônimo da Zoom está entre as soluções de reuniões remotas mais populares em muitos países. Ele é conhecido pela sua confiabilidade e facilidade de uso, especialmente quando comparado aos concorrentes. Esta ferramenta síncrona será utilizada de forma sistêmica e global em todos os cursos de pós-graduação na modalidade EAD, para encontros síncronos e aplicações por meio de vídeo de avaliações dos módulos e/ou disciplinas.

A ENA, em sua concepção de educação, premissas e organização didático pedagógica, pretende atuar na modalidade cem por cento EAD e digital, ou seja, não há a necessidade de abertura de polo presencial para suporte ou aplicação de avaliações. Os alunos, servidores públicos do estado de Santa Catarina, terão todo o suporte, acompanhamento, oferta das disciplinas, avaliações, acesso a bibliotecas virtuais e base de dados etc., ofertados e aplicados por meio do Moodle (AVA) e Zoom (sistema de videoconferência) por meio da sede. A "sala de aula física" passa a ser agora a "sala de aula digital", com possibilidades infinitamente maiores de metodologias e práticas inovadoras, quando comparado com o ambiente físico. Esta premissa está em consonância com o Art. 15. Os cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância poderão ter as atividades presenciais realizadas em locais distintos da sede ou dos polos de educação a distância. (DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017). Ou seja, ocorrerão atividades presenciais síncronas, no entanto, cada estudante, estará conectado de local de sua preferência, em dias e horários previamente estabelecidos em calendário acadêmico, do curso e de cada disciplina.

6. Descrever a previsão de inovações pedagógicas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, projetos integradores, aprendizagem baseada em problemas, metodologias ativas de ensino e aprendizagem, aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho e outros meios, desenvolvimento de tecnologias, dentre outras.

Carbonell (2002, p. 19) conceitua inovação como um “conjunto de intervenções, decisões, processos e estratégias com certo grau de intencionalidade e sistematização mediante as quais se procura introduzir ou produzir mudanças de atitudes, ideias, culturas, conteúdos e modelos nas práticas pedagógicas”.

A aplicação desse conceito deve perpassar não apenas os currículos ou projetos de cursos e disciplinas, mas também os vários processos que envolvem a gestão didático-pedagógica e acadêmica de uma IES. Trata-se de uma mudança que pretende dar respostas a necessidades sociais e educativas emergentes – sendo, portanto, planejada e articulada com os diferentes setores da instituição educacional.

Já a inovação curricular, tem como característica estar em constante transformação. Portanto, a inovação precisa se dar em âmbito tanto curricular, o que demanda uma construção e reconstrução contínua, quanto tecnológico e científico. É necessário reconhecer o caráter histórico e dinâmico dos conhecimentos que precisam avançar na busca de um maior atendimento das demandas sociais. Nesse contexto, a flexibilidade curricular é imprescindível para permitir a constante atualização das atividades, a partir do estabelecimento de políticas que promovam a educação inovadora, visando à excelência acadêmica. Os PPC's devem ser organizados de modo que o currículo expresse o acúmulo de conhecimento da área, e que o percurso formativo seja dinâmico, com a definição mínima de pré-requisitos e possibilidades de atualização dos programas das disciplinas.

Como inovação, a ENA pretende integrar, tecnologias digitais e metodologias ativas em processos educativos, em todas as suas práticas pedagógicas, independente da modalidade de educação, pois como já afirmamos, neste credenciamento e neste PDI estamos nos referindo a ENA como instituição educacional, que passará a ofertar cursos na modalidade presencial e a distância. Há aspectos que diferenciam ambas modalidades, no entanto, para nós, estamos tratando aqui de educação, que vai além de uma modalidade de educação.

A ENA também inova, quando se estabelece como instituição de educação on-life, ou seja, está preparada para o oferta de educação inicial e continuada para todos os servidores públicos do Estado de Santa Catarina, porque entende em ensinar-aprender devem estar conectados e fazendo parte da vida de todas as pessoas.

A seguir apresentamos algumas propostas que serão implantadas pela ENA ao longo da vigência do seu PDI e em todas as modalidades de ensino.

- Sala de aula invertida: de acordo Bergmann (2018); Debaldo (2020), a sala de aula invertida, também conhecida como flipped classroom, é a organização “invertida” da sala de aula. Essencialmente, existe um estudo prévio do conteúdo que será abordado, e o tempo utilizado em sala de aula se transforma em atividades dinâmicas, com trocas de experiências e diferentes olhares da temática, o que contribui para o protagonismo estudantil, pois a construção do conhecimento ocorre por meio de características, interesses e estilos de aprendizagem individuais.

- Aprendizagem baseada em problemas e projetos: A ABP pode ser definida pela utilização de projetos autênticos e realistas, baseados em uma questão, tarefa ou problema altamente motivador e envolvente, para ensinar conteúdos acadêmicos aos alunos no contexto do trabalho cooperativo para a resolução de problemas. (BENDER, 2014). Não existe uma definição aceita de ABP. Entretanto, o BIE define a ABP focada em padrões como um método sistemático de ensino que envolve os alunos na aquisição de conhecimentos e de habilidades por meio de um extenso processo de investigação estruturado em torno de questões complexas e autênticas e de produtos e tarefas cuidadosamente planejados. Essa definição abrange um espectro que varia desde projetos breves de uma ou duas semanas, baseados em um único assunto em uma sala de aula, até projetos interdisciplinares durante todo o ano letivo e que envolvem a participação da comunidade e de adultos fora da escola. (BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION, 2008).

- Avaliação e aprendizagem entre pares (peer instruction): De acordo com Mazur, 2015, os objetivos básicos da Peer Instruction são: explorar a interação entre os estudantes durante as aulas expositivas e focar a atenção dos estudantes nos conceitos que servem de fundamento. Em vez de dar a aula com o nível de detalhamento apresentado no livro ou nas notas de aula, as aulas consistem em uma série de apresentações curtas sobre os pontos-chave, cada uma seguida de um teste conceitual – pequenas questões conceituais abrangendo o assunto que está sendo discutido. A princípio é dado um tempo para os estudantes formularem suas respostas e, em seguida, eles devem discuti-las entre si. Esse processo (a) força os estudantes a pensar com base nos argumentos que estão sendo desenvolvidos e (b) dá-lhes (o professor incluído) um modo de avaliar a sua compreensão do conceito. Se a maioria dos estudantes escolher a resposta correta do teste conceitual, a aula prossegue para o próximo tópico. Se a porcentagem de respostas corretas for muito baixa (digamos, menos de 30%), eu ensino novamente o mesmo tópico com mais detalhes e mais devagar e faço uma nova avaliação com outro teste conceitual. Essa abordagem de repetir se necessário evita a formação de um abismo entre as expectativas do professor e a compreensão dos estudantes – um abismo que, uma vez formado, só aumentará com o tempo até que a aula fique inteiramente perdida.

- Design thinking: é o termo utilizado para se referir ao processo de pensamento crítico e criativo, possibilitando a organização de ideias de modo a estimular tomadas de decisão e a busca por conhecimento. Não se trata de um método específico, mas sim de uma forma de abordagem. Em outras palavras, o design thinking não traz uma fórmula específica para sua implantação. Em vez disso, ele cria as condições necessárias para maximizar a geração de insights e a aplicação prática deles. A ideia é que o processo seja realizado de forma coletiva e colaborativa, de modo a reunir o máximo de perspectivas diferentes. (Rock Content, 2022).

- Gamificação: jogos e competições saudáveis aceleram o aprendizado, despertam o interesse e são uma boa forma de incentivar o trabalho em equipe. Além disso, os jogos permitem a interação e ajuda mútua, trabalham a comunicação, relações interpessoais, solução de problemas e planejamento.

São muitos os métodos associados às metodologias ativas com potencial de levar os estudantes a aprendizagens por meio da experiência impulsora do desenvolvimento da autonomia, da aprendizagem e do protagonismo. Desenvolver metodologias ativas por meio das mídias e das TDIC significa reinterpretar concepções e princípios elaborados em um contexto histórico, sociocultural, político e econômico diferente do momento atual.

Ao longo da vigência deste PDI, a ENA ficará atenta a novas formas de inovar em seus processos e projetos, além daqueles citados acima. Eles servem apenas como um roteiro do que pretendemos aplicar, mas não são os únicos.

7. Descrever as políticas definidas para a pesquisa (se for o caso), a pós-graduação (se pertinente), a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica.

Na ENA, entende-se pós-graduação como aperfeiçoamento profissional. No nível das especializações, a Escola conta atualmente com dois cursos lato sensu, que são oferecidos sob demanda de outros órgãos e secretarias de estado do governo de SC. Neste caso a ENA planeja, operacionaliza, oferta e avalia o curso de pós-graduação que o órgão demandante deseja, com o objetivo de sanar ou dar resultados para as deficiências daquele órgão ou mesmo qualificar seus serviços e produtos.

Com o credenciamento para atuar na modalidade a distância, a ENA, pretende ampliar a oferta de cursos e poderá chegar a todos os municípios de Santa Catarina por meio de tecnologias educacionais com suporte da internet. Neste sentido, os órgãos estaduais do governo de SC poderão demandar da ENA cursos de pós-graduação lato sensu para os servidores de todos os municípios de Santa Catarina.

Nesse sentido, foram definidos os princípios que coadunam com a política institucional de pós-graduação da ENA:

preparar profissionais de alto nível para o desempenho de atividades de elevada complexidade em suas áreas de atuação no setor público de Santa Catarina;

contribuir para a formação de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento, atendendo principalmente às necessidades dos setores e órgãos públicos, particularmente comprometidos com o desenvolvimento do estado de SC.

Já a pesquisa é, como se pode entender a partir de seu próprio nome, a busca por respostas a diferentes questões através de investigação exploratória, descritiva e explicativa da realidade, com sentido de ampliar o entendimento e de contribuir para as áreas de abrangência dos cursos. A dimensão da pesquisa propõe transpor a prática pedagógica sustentada pelas vivências empíricas do estudante para trabalhar com informações e dados que de fato representem a gestão das políticas públicas, os impactos na sociedade e as suas representações, com o objetivo de que novas proposições ou implementações minimizem as contradições sociais.

Com o objetivo de proporcionar aos estudantes dos cursos de pós-graduação uma visão mais ampla e integrada da administração pública, a pesquisa - que originará o TCC deve promover a reflexão e o debate sobre a ética na administração pública, a democracia, a cidadania e apresentar respostas ao Estado e à sociedade. Devem, além disso, ser estudos voltados, prioritariamente, para a solução de um problema percebido no órgão de atuação, na região ou cidade onde o estudante reside.

Ao longo da vigência deste PDI, a ENA pretende desenvolver dentro da estrutura do seu portal um repositório, a fim de tornar público os trabalhos acadêmicos desenvolvidos nos cursos de pós-graduação, bem como a edição de uma revista acadêmica-científica.

Articulando-se à pesquisa e ao ensino, como uma atividade geradora e socializadora de conhecimento, a extensão deve ter como objetivos, previstos para serem implantados ao longo da vigência deste PDI:

Promover a interação transformadora entre a Instituição e a sociedade.

Contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Consolidar e ampliar os Programas de Extensão a partir das demandas acadêmicas e regionais.

Respeitar e incentivar a expressão da diversidade cultural, artística, científica e tecnológica.

Realizar intercâmbios e convênios com instituições locais, nacionais e internacionais.

Oferecer ao educando a oportunidade de participar de ações que possam reduzir os problemas gerados pela exclusão social.

REFERÊNCIAS

_____. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. Resolução MEC nº 1, de 06 de abril de 2018. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 17 jan. 2019.

ALMEIDA, M. E. B. Integração currículo e tecnologias: concepção e possibilidades de criação de web currículo. In: ALMEIDA, M. E. B.; ALVES, R. M.; LEMOS, S. D. V. (Org.). Web currículo: aprendizagem, pesquisa e conhecimento com o uso de tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 20-38.

ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, J. A. Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes? São Paulo: Paulus, 2011.

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BEHAR, P. A. (Org.). Modelos pedagógicos em educação a distância. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BERGMANN, Jonathan. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação/SEED. Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 22 Nov. 21.

CARBONELL, J. A aventura de inovar – A mudança na escola. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COOL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DEBALD, Blasius. Metodologias Ativas no Ensino Superior: O Protagonismo do Aluno. Porto Alegre: Penso Editora, 2020.

DEPRESBITERIS, L.; TAVARES, R. M. Diversificar é preciso: instrumentos e técnicas de avaliação da aprendizagem. São Paulo: Senac, 2009.

ESTEBAN, M. T. (org.). Ser professora: avaliar e ser avaliada. In: _____. Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003.

FARIAS, R. F. de et al. Escolas de governo: o panorama brasileiro. Rev. Adm. Pública 48 (4) Ago 2014 DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-76121689>

FERRAZ, A. P. C. M.; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 2, p.421-431, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104530X2010000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jan. 2019.

FARIA, A. A.; LOPES, L. F. O que e o quem da EAD: história e fundamentos. Curitiba: InterSaberes, 2013. FILATRO, A. As teorias pedagógicas fundamentais em EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FILATRO, Andrea. As teorias pedagógicas fundamentais em EAD. In: LITTO, F.M.; FORMIGA, M. M. M. (orgs.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FUSARI, J. C. O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2008.

HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MASETTO, Marcos T. Inovação curricular no ensino superior. Revista e-curriculum. São Paulo, v.7, n.2, p. 1-20, ago. 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MASETTO, Marcos T. Trilhas abertas na universidade: inovação curricular, práticas pedagógicas e formação de professores. São Paulo: Summus, 2018.

MAZUR, Eric. Peer instruction: a revolução da aprendizagem ativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

_____. MEC. Portaria no 11, de 20 de junho de 2017 - Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2178/portaria-normativa-n-11>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAN, J.; BACICH, L. (orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

MORETTO, V. P. Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NUNES, R. C. A avaliação em educação a distância é inovadora? Uma reflexão. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1739/1739.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. O estudante virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa [recurso eletrônico] / Ángel I. Pérez Gómez ; tradução : Marisa Guedes ; revisão técnica: Bartira Costa Neves. – Porto Alegre : Penso, 2015.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – Entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Rock Content. Design Thinking: uma forma inovadora de pensar e resolver problemas. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/design-thinking/#que>. Acesso em 07 Fev. 2022.